

Ao fixar em 50%, a taxa do *overnight*, o ex-diretor do Banco Central, encarregado da questão da dívida pública, ajudou a Nação, paradoxalmente, a tomar consciência da séria ameaça de hiperinflação. Em poucos dias, todas as classes se mobilizaram à procura dos meios de dissipar a ameaça que paira sobre as instituições nacionais e pode acarretar uma crise cujas consequências sociais seriam extremamente graves. Por enquanto, as reações diante desse perigo são esparsas e singulares. Para que levem a uma ação concreta, é necessária a orquestração que o ministro Ronaldo Costa Couto chamou "engenharia política e econômica do Pacto". A situação, porém, não comporta dilações, e urge encontrar rapidamente uma solução, ainda que não seja perfeita, sob pena de se ter de pagar um preço bem mais caro. Na elaboração dessa "engenharia", a cada um cabe um papel. Convém lembrar aos responsáveis os compromissos que devem assumir.

O governo e, em particular, o ministro da Fazenda certamente não esperavam que teriam de tomar uma decisão tão cedo e, menos ainda, antes das eleições. Ao voltar da Europa, o ministro Mailson da Nóbrega deparou com um quadro bem mais negro do que imaginava: a saída que encontrou foi embarcar no trem em movimento, ou seja, aderir ao projeto do pacto social, na expectativa de influir um pouco sobre seus rumos.

A propósito, convém salientar o objetivo visado pelo governo, ou antes, por sua equipe econômica, que teria ainda de convencer o presidente da República a dar-lhe seu apoio. Não con-

siste em erradicar bruscamente a inflação, mas em deter seu ímpeto, que ameaça arrastar, bem mais depressa do que se imaginaria, à situação de hiperinflação. O único meio de se alcançar esse objetivo é promover a desindexação, ainda que gradativamente. Embora pareça simples, o problema requer uma hábil "engenharia política e econômica". O governo parece ter decidido começar por um pacto social, envolvendo empregados e empresários, ao qual se seguiria um choque fiscal (não tributário...). Nisso consistiria, essencialmente, a contribuição do Poder Executivo para modificar a expectativa de inflação dos agentes econômicos.

A iniciativa do pacto social coube aos empresários, empenhados em impedir o agravamento da recessão. Obtiveram eles a adesão de parte dos sindicatos operários, que se fortalece a cada dia, à medida que cresce a ameaça de hiperinflação. A idéia central desse entendimento é encontrar um modo de baixar a taxa de inflação sem reduzir o poder aquisitivo. Assim se explica o plano de "oteenização" dos salários, que só seria exequível sem a ascensão exorbitante dos preços. Inicialmente, pleiteou-se do governo a iniciativa de reduzir os preços mediante a aplicação de um redutor sobre os reajustes dos preços administrados e das tarifas públicas.

O termo *redutor*, por si, assusta o governo, pois parece obrigá-lo a admitir a "oteenização", que incrementa as pressões inflacionárias, e a aplicar o redutor sobre a remuneração dos ativos financeiros, ocasionando deste modo a fuga destes e acelerando o processo de hi-

perinflação. Daí a correção proposta: não haveria "oteenização" de salários e preços, mas apenas fixação prévia da taxa de inflação. Desconsiderar-se-ia a inflação passada e tomar-se-ia por base uma inflação futura prefixada (em termos realistas, isto é, muito próxima, conquanto inferior, à inflação passada), com a possibilidade de se corrigir *a posteriori* a eventual defasagem entre a inflação real e a prefixada. O governo poderia aceitar as mesmas regras para os preços administrados e para as tarifas.

A principal contribuição do governo, no entanto, seria outra: baixaria um *pacote* fiscal para reduzir sensivelmente o déficit público por meio da extinção de todos ou de apreciável parcela dos subsídios e subvenções. O governo cuidaria também de acelerar a privatização da economia. As autoridades monetárias incumbiria ainda a tarefa de conduzir a política das taxas de juros de modo a não favorecer a constituição de estoques.

À luz deste quadro, é possível indicar o papel de cada um, até mesmo o de um ator que até agora não apareceu, a saber, o Congresso. Os empresários devem oferecer garantias de que respeitarão os compromissos assumidos quanto aos reajustes de preços. Seria preciso encontrar o meio de reduzir tanto quanto possível a intervenção do governo em forma de controle de preços. Aos sindicatos caberia a tarefa de disciplinar as reivindicações salariais a fim de sustar, temporariamente, os movimentos grevistas (que afetam os custos) e as ambições injustificadas. Teriam de admitir também algo difícil, mas funda-

mental: regimes diferentes para a remuneração do capital e do trabalho, ao menos por breve tempo. Com efeito, o País não pode expor-se ao risco de uma decisão que obrigasse as autoridades a monetizar o que hoje é poupança, ainda que de curtíssimo prazo. A mesma exigência atingiria os empresários, que teriam de aceitar altas taxas de juros.

O governo tem a difícil tarefa de reconquistar a credibilidade. O ministro da Fazenda, não obstante seu carisma popular, aparece como figura isolada no seio do governo. É imprescindível que o presidente da República outorgue seu apoio ao programa econômico e consiga estabelecer alguma coesão no Ministério, que até agora parece mostrar apenas que não existe governo...

O ator principal de toda essa "engenharia" política é, sem dúvida, o Congresso. O governo não pode mais valer-se de decretos-leis, e recorrer a medidas provisórias seria muito perigoso, devido ao risco de, na ausência de decisão do Congresso, anular todas as decisões, com efeitos retroativos. A única solução é o governo enviar projetos de leis para ser discutidos em regime de urgência pelo Congresso, reunido em caráter extraordinário por imposição da gravidade da situação. Se for firmado o pacto social, o Congresso será certamente pressionado nessa direção. Mas tem de estar consciente de que não pode fugir a responsabilidades das quais depende o futuro do País. É ele o ator principal numa peça difícil, que de todos exige sacrifícios, mas que nada valerá sem a responsabilidade dos eleitos da Nação.

ESTADO DE SÃO PAULO